

RESPONSABILIDADE SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA – UM MODELO DE GESTÃO AUTO-SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

SUBTEMA: MODELO DE GESTÃO

JESUS, Cláudio Portilho de ;

Filósofo, Especialista em Educação e Mestre em Desenvolvimento Social. Professor do Centro de Ensino Superior UNINILTON LINS, Manaus-AM

JESUS, Edilza Laray de

Geógrafa, Mestre em Educação Ambiental. Professora do Centro de Ensino Superior UNINILTON LINS e da Universidade do Amazonas, Manaus, AM

Endereço dos autores:

Rua Mutum, 222, Q. R, Conjunto Atílio Andreazza, Japiim II
CEP 69077-710 Manaus-AM

Fones: (092) 615-4786 / 9121-1998 / 9128-1358

E-mail: edilza@interlins.com.br

Resumo:

O presente artigo teve o propósito de fomentar um espaço de discussão a respeito da responsabilidade social, da economia solidária e sua relação com uma experiência de gestão auto-sustentável na Amazônia. A importância do trabalho veio por conta da necessidade de compreender a realidade, através da diversidade e complexidade que a temática exige, envolvendo a Amazônia, a economia solidária e a responsabilidade social. Como ponto de partida, foram analisadas a origem da crise do modelo capitalista e suas consequências para a Amazônia. Posteriormente foram necessários a contextualização da economia solidária e seus fundamentos na prática desenvolvida pelos membros da ASCOPE (Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Trabalhadores Rurais do Paraná da Eva). Um saber novo ou um novo paradigma está nascendo, no seio das sociedades, identificados nesta comunidade, misto de sensibilidade ética, saber compartilhado e socialização de práticas, fruto de uma nova visão de homem, natureza, sociedade e terra, tecida por uma nova racionalidade, onde cada um é responsável por si e pelo outro e conseqüentemente pelo planeta. Aí reside a esperança e o desafio das futuras gerações.

Palavras chave:

Responsabilidade social, Economia solidária, gestão, natureza

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo tem como propósito analisar os princípios e valores da responsabilidade social e da economia solidária e os fundamentos que constituem a práxis de uma associação de produtores rurais amazonenses (ASCOPE), que há mais de dez anos praticam o processo cooperativo e associativo entre as famílias envolvidas no plantio, na colheita, na produção de polpas e comercialização.

Para compreender o processo que movimenta as práticas solidárias, foi necessário contextualizar a Amazônia, relacionando aspectos fundamentais que enfatizam os campos da economia, da cultura, dos princípios éticos e cristãos que motivam a solidariedade.

A escolha do tema veio por conta da necessidade em descobrir o fio condutor que origina e motiva os seres humanos a partilharem seus trabalhos e suas vidas nos caminhos da alteridade, tendo como princípio a responsabilidade social, que através da visão holística da realidade, permite caminhar nas sendas da justiça e do respeito ao meio ambiente, às pessoas e à vida no planeta.

O que se espera desse trabalho é que sirva para uma reflexão sobre a novidade da proposta gestão auto-sustentável no meio rural amazônico, porque ela nasce da ousadia e da persistência de famílias caboclas que decidiram vivenciar o amor.

COMPREENDENDO A AMAZÔNIA: RELAÇÃO SOCIEDADE, NATUREZA E CULTURA

As grandes e rápidas transformações ocorridas na Amazônia nos últimos vinte anos exigem enorme esforço em compreender e situar os rastros do modelo capitalista essa região. Na aparente brevidade do tempo de exploração das riquezas regionais, mexeu-se profundamente com o ecossistema e a biodiversidade, alterando significativamente o modo de ser e viver de seus habitantes. Tribos indígenas foram dizimadas em nome do “progresso”, caboclos e ribeirinhos¹ foram obrigados a partir de suas terras, tal o abandono e a falta de assistência do estado. A escassez e a desvalorização dos produtos extrativos e agrícolas, as grandes enchentes e a ausência de organização dos pequenos agricultores familiares podem ser compreendidas a partir de uma aguçada leitura nas entrelinhas do atual modelo desenvolvimentista que encontrou na Amazônia lugar para se espriar com facilidades.

Analisar a Amazônia tendo como parâmetro somente os aspectos econômicos, significa não compreender a totalidade que envolve as relações entre os seres humanos e destes com a natureza, onde os mitos, crenças e lendas estão estreitamente ligados ao cotidiano das relações e que, de certa maneira, tentam apreender e explicar o real. Quando se penetra no cotidiano amazônico, percebe-se sinais aparentemente opostos e contraditórios. De um lado, o cotidiano como espaço vazio, o lugar da mesmice, da falta de opção, do olhar distante. De outro, é o lugar da possibilidade, onde está sendo tecido e articulado o futuro, a novidade. Ainda que sem tantos registros a dialética da natureza e da história se constroem e se reconstroem, sendo os protagonistas pessoas simples unidas em pequenos grupos, portadoras de resistência e reivindicação.

Paradoxalmente quando o poder do Estado intermediador das políticas neoliberais chega aos lugares mais distantes, presencia-se a emergência do poder local, das comunidades demonstrando resistência e vitalidade, surgindo como contraponto à força e ao poder econômico que move as instituições, as empresas, o latifúndio. Nota-se também, um crescente movimento no sentido de preservar, valorizar as culturas, as experiências locais e regionais, envolvendo o saber popular passado de geração a geração, em busca da sobrevivência de povos, resgatando a identidade, a autonomia e a cidadania.

A Amazônia, pela sua diversidade e complexidade física, social, cultural e ecológica não pode ser entendida como um vazio demográfico, um espaço desconectado do nacional e global, pronto para ser explorado. Trata-se de um espaço das relações concretas carecendo de um modelo de desenvolvimento que interseccione o econômico, o ecológico, o cultural. Desenvolvimento esse que necessariamente terá que considerar os conhecimentos e saberes de seus habitantes sob pena de continuar à mercê do grande capital e seus desdobramentos perniciosos, tal como ocorrem nos rios contaminados, nos solos empobrecidos pela retirada da cobertura vegetal e enganosamente “corrigidos” pelos fertilizantes e corretivos químicos. Tais idéias encontram eco em MORÁN (1990:18):

¹ O **caboclo** é fruto da miscigenação entre o branco e o índio, fenômeno socio-cultural que ocorreu na região amazônica desde o início da colonização portuguesa.

O **ribeirinho** é o caboclo que habita a proximidade dos rios, lagos e paranás, com profunda relação com a água, que é o elemento definidor de sua vida.

A Amazônia não é um vazio demográfico ou cultural. Existem nela populações indígenas e caboclas que conhecem as características de sua localidade. Para os duplos fins de conservar e desenvolver a Amazônia, será necessário, a partir dos habitantes da região, aprender sobre a complexidade de seu mundo. O mundo amazônico inclui muitos ecossistemas inter-relacionados, cada um com sua própria história natural, suas características geofísicas e químicas e suas populações humanas com diferentes densidades demográficas.

Para entender a complexidade da Amazônia não basta olhá-la de cima, de lado ou de fora. É necessário sabedoria, pois esta envolve paciência, humildade e senso de escuta, atributos indispensáveis para quem quer conhecer esta realidade. Faz-se necessário um olhar englobando sua totalidade, fundamentado no novo paradigma ecológico aludido por CAPRA (1982), concebendo-a como uma imensa teia interligada e relacionada entre si e com os vários elementos. Esta simbiose entre os humanos e os demais elementos que compõem esta teia encontra-se expressada na música regional do compositor popular Ronaldo Barbosa “eu sou deste rio, deste sol, desta terra, sou parte da selva, ela é parte de nós.” Ou ainda, na sábia resposta do chefe indígena Seattle ao presidente dos Estados Unidos, quando esse demonstrou interesse em comprar suas terras:

a terra não pertence ao homem; é o homem que pertence a terra. Disto temos certeza: todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une a família. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. [...] Não foi o homem que teceu a trama da vida; ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio o fará. (In SUNG e SILVA, 1995:94)

A parte está no todo e o todo está na parte. O ambiente amazônico é diverso e não a homogêneo. E a própria definição de Amazônia torna-se difícil, seja pelas suas múltiplas facetas ou pela complexidade inerente ao seu ecossistema. Apoiados em MORÁN (1990:23) pode-se compreender a Amazônia pois o autor considera enfoques diversos: “a Amazônia não é somente ambiente físico, como também um ambiente humano com uma história social, política e econômica”. No fundo o que está em jogo são as relações de poder, e entre essas forças sobressai aquela que atualmente prevalece e domina a sociedade capitalista, seja no campo econômico, de produção, ou de marketing, disfarçadas de “boas intenções”. Um poder que usa o discurso da justiça social para dissimular a dominação ainda que para atingir seus objetivos utilize-se da prática da agressividade e do mercado competitivo. E o mercado nessa acepção quer dominar os espaços, e os espaços são sempre de poder, de confronto, de disputa, onde se ganha ou se perde: “uma estrutura de poder em geral, tem como objetivo principal a manutenção de seu poder e, se possível, o aumento deste poder.” (BETHLEM, 2001: 36)

As expressões desse poder percebido nas organizações empresariais são identificadas nas relações sociais e, apesar de sua complexidade, estão presente nos micro-espacos, tal como percebeu FOUCAULT (2000, 183). O poder deve ser analisado como algo que circula, que só funciona em cadeia, nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede.

O sistema capitalista tem ultimamente demonstrado plena relação de domínio e poder sobre as pessoas e a natureza, não apenas no campo das relações de produção, mas também nos micro-espços sociais e corporais. Nem sempre essas manifestações são percebidas como ruins ou negativas, ao contrário, são estimuladas para gerarem prazer. O sistema freqüentemente utiliza-se da comunicação de massa para retransmitir suas verdades, seus conceitos, seus modelos, tornando-se, atualmente, o principal agente condutor da sociedade.

Desse modo, situar-se no atual contexto requer um olhar aguçado e articulado para as questões políticas, econômicas, sociais, educacionais e culturais sem com isso precipitar-se em atitudes ingênuas, voluntaristas ou deterministas. Concorda-se com HARVEY (1993), quando ao fazer referência à sociedade pós-moderna critica os (des)valores atuais que privilegiam o efêmero, o fragmentário, o momentâneo, o transitório da vida. Parece decisivo que os intelectuais, os administradores e comunitários contextualizem os problemas que realmente afetam a vida de todos e que não tratem das situações-problema e dos desafios para o futuro de forma isolada.

O fenômeno da globalização com sua capacidade instantânea de articulação técnica-científica e informacional em rede atingiu a todos os espaços dando os rumos da economia, da política, da cultura, do tempo. O que acontece num lugar reflete em outro; o mundo material tornou-se um mundo de significados, símbolos e informações. Mas apesar da força e do domínio que exerce, ela não é perene, como observa BAILEY (2002:11) “precisamos entender que a globalização não é uma força indomável da natureza. Ela é criação humana, produto de instituições e governos, de regras, e pode ser alterada”.

Sendo invenção humana, a globalização, segundo SANTOS (1997) pode ser igualmente compreendida como um novo paradigma de conhecimento sistemático da economia, da política, da cultura, da informação e do espaço.

O caminho das transformações por que passa a sociedade e as comunidades rurais na Amazônia, passa necessariamente pela construção de um modelo que nasça a partir das mudanças nas relações sociais, familiares e comunitárias; que ressalte e traduza a ótica da classe explorada, dominada, com seus valores e crenças, pois ela é a única interessada na mudança, que demanda coragem para fazê-la. Agora, frente à Amazônia estamos em face de opções, de alternativas.

A opção pela mudança é urgente e necessária, pois a Amazônia

... é o lugar onde se revela a urgência de um desenvolvimento alternativo para toda a humanidade, que parta da centralidade ecológica e que assuma a partir daí o econômico, o político, o cultural e as demais instâncias de uma sociedade civilizada. (BOFF 1995:136)

Um dos sinais visíveis no processo de mudança social e viabilidade econômica, vêm por conta de experiências gestadas no seio de algumas comunidades rurais amazonenses que atualmente partilham sentimentos e práticas fundadas nos ideais coletivos, utilizando-se da lógica da cooperação como alternativa sócio-econômica em seu modo de vida, também chamada de economia solidária.

Economia solidária amazonense e a sustentabilidade

A prática da solidariedade é uma característica marcante para quem estuda e observa o modo de vida dos povos da floresta, sobrepondo-se aos conflitos inevitáveis e presentes em todas as sociedades humanas. A forma agregada de viver comunitariamente desencadeia uma convivência sem muros nem cercas, estreitando os contatos. Com bem observou JESUS (1998), a existência de conflitos não inibe o senso comunitário – da partilha, da solidariedade, do estar presente, sendo esse um princípio ético, uma *práxis* gerada em função não apenas da distância entre a zona rural e urbana mas principalmente pela necessidade que os moradores têm em compartilhar de momentos de sofrimento ou de alegria, de morte ou de vida, de carência ou de fartura.

Ademais, pela histórica herança de obediência aos princípios e valores familiares os habitantes rurais são naturalmente motivados ao exercício da solidariedade, constituindo parte do seu cotidiano, cujos valores são repassados de geração a geração. Estes relacionamentos ultrapassam a casa, as famílias envolvidas, os vizinhos, atingindo a comunidade, numa teia de relacionamentos onde se misturam carências e esperanças, limites e possibilidades, competições e solidariedade.

A extensão da solidariedade encontra seu limite ao esbarrar na fronteira das competições individualizadas, mesmo em regiões tão distantes da capital, os princípios e desejos capitalistas são identificados com a mesma voracidade e domínio quanto dos grandes centros urbanos. O dualismo presente não inviabiliza o desenvolvimento e o fortalecimento dos laços solidários, muitas vezes marcados pelas histórias de vida de cada família e das comunidades rurais. Os conflitos são internos (por espaço – rios, terras) e externos (invasores, mineradoras, madeireiras, pescadores profissionais).

A forma agregada de viver em comunidade propicia a solidariedade econômica, aqui denominada de “economia solidária”. Com base no texto principal da Campanha da Fraternidade (CF) de 1999, tendo como tema “A Fraternidade e os Desempregados”, a Economia Solidária é uma alternativa de fazer economia baseada na solidariedade e no trabalho. Tem paradigmas humanistas, associativos, participativos cuja centralidade é a pessoa, sua vida em grupo, sua participação na comunidade – cuja lei não é o capital, mas o trabalho, cujo objetivo não é o lucro, mas a partilha, cujo resultado não é a concentração, mas a socialização dos bens. (Texto base CF 1999, prefácio)

Constitui, assim

una respuesta real y actual a los más graves problemas sociales de nuestra época; un gran proyecto de desarrollo, transformación y perfeccionamiento de la economía; es un proceso real en el que converge las búsquedas de variados y múltiples sectores y grupos; un nuevo enfoque conceptual, al nivel de la teoría económica, referido a las formas económicas cooperativas autogestionarias asociativas (PABLO II, 1986)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, RAZETO (1993) conceitua economia solidária como um processo de uma racionalidade econômica, que compartilham alguns traços essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, nasce de uma atitude crítica frente ao capitalismo e orienta-se por

valores não mercantis como a *solidariedade*, a *autonomia*, a *igualdade* e a *democracia*.

GAIGER (2000) contribui afirmando que a economia solidária contém um grande potencial de transformação social, seja pelas experiências alternativas que metaboliza, seja por estar constituindo uma base material e sustentar um processo de mudança estrutural. Daí se salienta a dimensão educativa das experiências de solidariedade econômica dando um novo sentido ao trabalho, a produção e a própria vida.

Para SINGER (1998:138),

A construção da economia solidária, é vista como estratégia. Aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, ou seja, a economia solidária.

Tais princípios fundados na lógica da socialização dos bens e do trabalho evidenciam a ruptura com o paradigma oficial de desenvolvimento saqueador da natureza e exterminador da vida para um paradigma que privilegia a vida, a auto-organização e a gestão participativa. A característica marcante na economia solidária se faz notar pela auto-gestão comunitária e pelo espírito empreendedor coletivo. No estado Amazonas já existem comunidades rurais em avançado processo de vida partilhada, vivendo efetivamente os princípios da economia solidária onde plantar, produzir e comercializar são partes constituintes da vida. Tais práticas fomentam uma nova visão de sociedade e de natureza, possibilitando um olhar econômico e social a partir das pequenas empresas comunitárias. Porém, ela não é uma proposta global para superar o capitalismo, mas sim uma estratégia, contra o desemprego e a exclusão social, como observou ASSMANN e SUNG (2000:142)

O trabalho comunitário, na perspectiva da economia solidária serve para fortalecer o sentimento de reciprocidade, da cooperação, revalorizando o espaço local, que se torna vital na medida em que os gestos compartilhados semeiam e traduzem uma vida mais digna aos seus membros familiares, sem com isso compreender o solidarismo como algo ocasional ou acidental, mas como princípio permanente gestado do cotidiano das pessoas, obedecendo ao ritmo da floresta e dos rios que partilham os espaços com o homem amazônico. (JESUS, 2000)

É pertinente o olhar reflexivo em torno dessas mudanças e de suas conseqüências. Elas estão surgindo em todos os lugares, paradoxalmente onde a exclusão e a pobreza são maiores. Há sinais evidentes de que os movimentos e associações populares urbanas e rurais estão forjando novos caminhos, constituindo novos padrões sociais, revelando outra face de luta e resistência da qual emerge a ética da convivência na vida partilhada, sendo esse mais um dos desafios para as presentes e futuras gerações.

E foi através da identificação dos princípios e práticas da economia solidária em algumas comunidades rurais amazonenses, que despertou interesse em, relatar a experiência de uma comunidade que tem demonstrado, por mais de dez anos de trabalho coletivo a viabilidade econômica na administração e gestão de uma associação de produtores rurais (de abacaxi e cupuaçu), tornando-se modelo de gestão participativa e desenvolvimento comunitário. Experiência essa que tem sido

motivo de diversas produções acadêmicas, visitas de Ong's e Instituições interessadas e até mesmo produção de dissertação de mestrado e livro.

O modelo de gestão auto-organizativa no Amazonas: a experiência da ASCOPE

Num pequeno lago², situado à margem esquerda do Paraná³ da Eva, uma família foi localizar-se no ano de 1953, surgindo dos estragos produzidos pela grande enchente, ocorrida neste mesmo ano, provocada pelo transbordamento do Rio Amazonas. Acostumada a grandes mudanças, a família do senhor Galego e sua esposa dona Expedita, ambos descendentes de nordestinos, contraditoriamente vieram do Nordeste expulsos pela intensa seca que dominava o sertão, na esperança de uma melhor sorte no Amazonas.

Conseguir uma terra, construir um lar, organizar suas vidas era tudo o que buscavam. Tal como as árvores, eram necessárias criar raízes. Porém nem sempre há inteira identificação entre árvores e raízes. As diferenças, às vezes, são pontuais, dependendo das condições sócio-históricas que a própria natureza impõe. ZANOTELLI (1998:9) esclarece que “o solo, o húmus, o sol, a chuva, o vento, a lua e a história fazem de cada árvore com suas raízes um corpo saudável ou raquítico, vigoroso ou doentio. As raízes, contudo, dizem muito da identidade de cada árvore”. Mas a intenção mesmo era plantar, cuidar e produzir muitos frutos.

Ao visitar a Comunidade Sagrado Coração de Jesus, no Lago do Engenho, acentua-se uma rara beleza nos espaços moldados pela natureza, onde duas realidades se mostram e se escondem ao mesmo tempo: a beleza natural e o ambiente espacial transformado pela ação humana. Percebe-se desde a entrada sinais de transformações ocorridas, a começar pelo aspecto das moradias construídas com madeira-de-lei e cobertas com telhas de amianto. Ao lado das casas há uma antena parabólica para mostrar que também ali os agricultores estão ligados via satélite com o mundo. Onde não tem parabólica, não significa que as pessoas estejam excluídas da informação, pois a televisão é um dos aparelhos que quase todas as famílias possuem. As casas são próprias e a terra atualmente é regularizada; o poço artesiano é sinal da preocupação com a qualidade da água e da vida, privilégio da metade das famílias dos sócios. Nesse aspecto, a julgar pela posse e acesso aos utensílios eletrodomésticos e bens duráveis, nota-se que estes são conquistas suas, fruto do trabalho de parceria.

As comunidades amazonenses foram surgindo geralmente na beira dos rios e lagos, motivadas por necessidades sociais, econômicas, religiosas e familiares. São milhares delas, distribuídas pelo imenso vale amazônico. E pela forma de organização, o senso comunitário cooperativo é facilmente identificável.

² O termo lago é usado para definir uma extensão de água cercada de terras. “Um lago, por exemplo, com sua lâmina d’água, é um patrimônio cujo significado vai além da sua configuração física e utilitarista. Além de ser fonte de alimentos e provisão de água e higienização para o corpo e da casa, é espaço produtivo de trabalho socialmente construído, intra e intergrupais, isto é, inter e intracomunidades. É espaço intermediador entre o ‘mundo de dentro’ e o ‘mundo de fora’, local onde se atualizam formas de relação com o meio ambiente, um espaço onde o imaginário tem lugar não com características de superstição, mas de valores que interferem na relação do homem com seu hábitat, contribuindo para sua conservação.” (Furtado, 1996:70)

³ Paraná é um braço de rio caudaloso, de águas correntes, bastante utilizado pelos amazonenses, principalmente pela fertilidade de seu solo, garantindo a subsistência alimentar aos membros familiares.

Por toda parte as pessoas vivem em comunidade, em núcleos agrícolas, nas pequenas e grandes cidades. Na comunidade, existem relações humanas de indivíduos para indivíduos. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. (WAGLEY, 1988: 44)

Esses elementos constituem a realidade amazônica e pelo perfil das comunidades, suas características são facilmente identificadas. Por influência da Prelazia de Itacoatiara, a comunidade denominada inicialmente Bela Vista, no Lago do Engenho, cedeu lugar, em 1968, a então Comunidade do Sagrado Coração de Jesus. Mesmo mudando de nome, a comunidade não perdeu seu encanto e beleza, permaneceu firme na proposta de tornarem-se sujeitos de sua própria história.

Os princípios comunitários se caracterizam pelo respeito e cuidado ao cultivo das inter-relações. Sem essa preocupação em bem formar, reunir e ajudar seus filhos a tarefa social do trabalho e da vida comunitária teria enormes dificuldades em desenvolver-se. É nesse espaço amazônico que surgiu a ASCOPE .

Das idéias trazidas de um curso em Belém-PA sobre Cooperativismo e Associativismo, em 1993, Alcides, um dos líderes, teve início uma nova etapa no processo de organização comunitária. Atualmente a ASCOPE possui 34 famílias associadas, cuja essência de seus trabalhos concentra-se na produção familiar de polpa de cupuaçu e na venda de abacaxi, atividade comercial que tem mudado o modo de vida dos habitantes do bonito Lago do Engenho. A renda familiar vem da quantidade produzida da safra anual das duas frutas: cupuaçu⁴ (*Theobroma grandiflorum*) e abacaxi (*Ananas sativus*), recebendo cada grupo familiar de acordo com a quantidade de polpas e de frutas entregue à Associação. A produção de polpas de cupuaçu por semana é de 17 a 18 toneladas, atingindo na safra uma produção em torno de 300 toneladas comercializada a preço de (R\$ 1,50/Kg). Existem ainda 50 toneladas armazenadas em um frigorífico próprio da Associação, para ser comercializar na entressafra em melhores condições de preço (R\$ 3,00/Kg).

Quanto à produção de abacaxi, em 2002, já foram colhidos e comercializados aproximadamente um milhão de frutos, variando o preço unitário de (R\$ 0,30 à R\$ 1,00). O dinheiro das vendas é repartido de acordo com a produção de cada família, que utiliza os membros familiares como mão-de-obra, no processo de plantação, colheita, produção das polpas e comercialização, oportunizando o fortalecimento dos laços afetivos nas famílias, além da viabilidade econômica aos participantes.

As experiências concretas e locais, prenhes de sentido humano e de frutos concretos, servem como a base para acreditar que a soma e a articulação desses pequenos projetos, criará uma avalanche que obrigará ao Estado e às empresas a se tornarem senão iguais, pelo menos parecidos com essas organizações, baseadas na

⁴ Árvore frutífera, tem polpa aromática comestível usada em grande escala pela culinária amazônica na confecção de balas, doces, tortas, bolos, sorvetes, etc.

solidariedade. O resultado final deste movimento seria o surgimento de uma nova sociedade. (ASSMANN e SUNG, 2000: 139)

A extensão da Associação, se faz presente, também através de um comércio administrado por alguns membros da Associação de forma rotativa que veio suprir outra necessidade fundamental, a aquisição de gêneros alimentícios e produtos de necessidades básicas, quase a preço de custo aos associados, com apenas 15% de acréscimo sobre o produto, cujo pagamento se efetiva quando as polpas forem comercializadas, tendo os associados direito ao crédito ao longo do ano. Por solicitação de moradores de comunidades vizinhas o comércio passou a servi-los com uma pequena margem de lucro, sinal de que a cooperação e a solidariedade promovem práticas dissonantes dos princípios individualistas e concentradores do capitalismo. Em alusão à cooperação e à solidariedade, ASSMANN e SUNG fizeram tais observações:

A cooperação e a solidariedade são vividas entre estes produtores porque conferem benefícios ao grupo e os possibilita enfrentar a concorrência com o grande mercado [...] A economia solidária, não propõe o fim do mercado, mas a criação e manutenção de um mercado para estas pequenas e microempresas, auto/co-gestionária.(2000:143)

A característica marcante na economia solidária se faz notar pela autogestão comunitária e pela junção e combinação do espírito empresarial, no intuito de resultados econômicos quantitativos através da partilha dos lucros e da práxis de uma ética que respeita o ser humano e o ambiente onde vive m.

Talvez o que falte é acreditar que essas experiências desenvolvam alternativas de vida capazes de justificar o engajamento das famílias amazonenses em torno de suas propostas coletivas. E que dessa luta, a alegria, o prazer e a liberdade sejam objetivos tão prioritários quanto a produção, o lucro e a qualidade de vida, tal como assinala BUARQUE (1996:53):

A qualidade de vida dos agricultores é tão ou mais importante do que a fertilidade do solo e a rentabilidade da produção. Experiências comunitárias que melhoraram as condições de vida das famílias dos pequenos agricultores rurais são bem sucedidas, desde cooperativas, associações e sindicatos.

A organização comunitária em qualquer local ou circunstância é sempre desafiadora, pois passa pelo conhecimento da realidade. E para conhecê-la, é necessário que a percebamos não nos fragmentos, mas na sua totalidade, tendo cuidado em fazer uma reflexão rigorosa, radical e de conjunto. Como movimento, processo que se faz e se refaz na história, assim é a realidade, que na compreensão de GUARESCHI (1993) é clara e oculta. No que se mostra, se esconde.

A Responsabilidade Social – a função da ética na economia solidária

Na atual situação vivenciada pela sociedade industrial fica cada vez mais evidente a necessidade de repensar a questão do desenvolvimento e por

conseqüência, as práticas do capital, do mercado, do trabalho e necessariamente os parâmetros éticos que envolvem a responsabilidade social. Há, nessas práticas, uma estreita relação entre o saber e o fazer. Paradoxalmente ao mundo competitivo, com marketing cada vez mais agressivo, a luta acirrada por mercados, por espaço está levando as empresas a mudanças estruturais e conjunturais como condição para perda ou ganho de novas fatias no mercado local e global.

Ao mesmo tempo presencia-se uma nova visão de mercado, de trabalho e de ser humano dentro das organizações. Concordando com GALBRAITH, (1986 apud MORETTO NETO 2000), o capital não tem pátria, bandeira ou cidadania e seu norte é a busca continuada dos lucros, independente dos espaços e povos envolvidos. Na contramão do mercado neoliberal globalizado, a moderna visão de administração visa à conciliação da lucratividade com o respeito ao meio ambiente e a valorização do ser humano através da responsabilidade social, considerada pelo Código de Ética do Administrador (2000) como os princípios e as condutas implementados por organizações com o intuito de compreender a importância da cadeia produtiva, dando uma conotação de responsabilidade aos administradores e demais parceiros além da consciência de produzir e lucrar sem com isso ferir as normas éticas, ambientais, sociais, políticas não qual a empresa está inserida. Esta nova postura implica em mudanças na maneira de administrar os produtos, as pessoas e as instituições afins.

Com a intensidade e a velocidade das informações, tem-se a impressão de que a vida pouco vale, que a esperança confunde-se com o caos, a crise toma conta desse mar de incertezas, semeadas por quem utiliza a crise para disseminar o medo, a catástrofe e conseqüentemente a desesperança num futuro menos apocalíptico, tendo como única saída à explicação, a interpretação e a crença no mercado como aposta no futuro. Porém, com a mesma intensidade das forças produzidas pela crise instaurada, está igualmente em curso um movimento nem tanto veloz, nem tanto sensacionalista, mas perceptivo e recheado de sensibilidade solidária, fruto de práticas coletivas espalhadas por todo planeta em forma de pequenas associações, pequenas cooperativas, gerando frutos de inclusão social, permitindo aos membros dessas associações viabilidade econômica e amadurecimento nas relações de parceria. O que chama a atenção nesse processo, são os novos rumos encontrados pelos pequenos, ou ousam caminhar diferentemente à lógica capitalista, que é mestra na arte da exclusão social. Para alguns esse movimento tem nome; economia solidária, sensibilidade solidária, no fundo dessas questões encontra-se claramente preocupações com a responsabilidade social.

Na clássica obra *O Evangelho da Riqueza*, CARNEGIE (1899 in STONER e FREEMANN 1999), criou dois princípios básicos para definir a responsabilidade social no campo das organizações: o *princípio da caridade* e o *princípio da custódia*. Nos dois princípios fica clara a idéia paternalista com que o autor, também empresário tratou a questão, estendendo essa prática a seus funcionários e demais trabalhadores. A responsabilidade social, como obrigação dos capitalistas americanos, ganhou adesão e fortalecimento no meio empresarial, principalmente quando transferiu algumas obrigações sociais como atitude eticamente correta, com essa visão, houve distorção da verdadeira face social, quando reduziu o campo de ação das responsabilidades apenas a contribuição ou devolução de uma pequena parcela de seus lucros, às pessoas, às comunidades e instituições sociais carentes. Outros conceitos de responsabilidade social tornaram-se freqüentes nas últimas décadas, tendo o propósito e aprimorar e incorporar princípios e valores éticos a

essa temática. ARRUDA (in REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO 2000:71) contextualizou tal questão, tendo por base a sociedade brasileira:

A responsabilidade social e o comportamento ético das organizações passaram a ter efetivamente valor de mercado [...] É crescente no Brasil o interesse pela adoção de padrões éticos nas organizações e que o poder dos grupos de pressão por um comportamento ético, está forçando ações governamentais nesse sentido, tornado recomendável que as organizações se preparem para um novo cenário que está sendo construído com rapidez.

Cenário esse que se apresenta tão confuso quanto complexo e ainda que seja alavancado pela lógica da competição do mercado, encaminha-se para o fortalecimento dos princípios e ações éticas em todos os campos da atividade profissional. PORTO (in REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO 2000:71) demonstrou a convicção de que tão importante quanto o domínio técnico, se exigirá dos profissionais cada vez mais atitudes e comportamentos coerentes. Para o autor, a ética será uma exigência de mercado.

A dinâmica da participação coletiva das experiências associativas na Amazônia, encaminha-se para uma responsabilidade social que privilegia um olhar de totalidade, de abrangência. Esse aprendizado possibilita atitudes éticas no convívio com as pessoas e o ambiente físico, onde o administrador, o empresário, o educador, o estudante, o comunitário, o poeta, defendem e lutam pela qualidade de vida e dignidade.

A boa vontade em servir e o espírito solidário nas ações do cotidiano encaminham e motivam a vida cabocla, dando um novo ritmo aos relacionamentos constituindo o diferencial em relação à ética que permeia a sociedade capitalista. Esta por sua vez faz prevalecer a lógica da quantidade, do acesso aos bens materiais como indicador do grau de riqueza ou pobreza. É preciso, pois, desvendar a ética dominante que, segundo BOFF, é utilitarista e antropocêntrica:

A ética da sociedade dominante hoje é utilitarista e antropocêntrica. Considera o conjunto dos seres a serviço do ser humano que pode dispor deles o seu bel-prazer, atendendo a seus desejos e preferências. [...] Então ético seria também potencializar a solidariedade geracional no sentido de respeitar o futuro daqueles que ainda não nasceram. (1995:23)

Essa perspectiva ética existe de fato tanto no primeiro momento para justificar a ética do mercado, quanto na segunda visão para fomentar gestos coletivos e solidários. Acreditar nas potencialidades, no poder transformador da semente, mesmo diante das dificuldades e dos impasses próprios das relações sociais é também sonho e desafio que não se esgotam.

Tanto no ambiente urbano – no trato com as organizações empresariais - quanto no ambiente rural, há que se ressaltar a convivência salutar e equilibrada das pessoas na percepção e sensibilidade ética onde um dos aspectos fundamentais para a promoção da ética passa pela participação comunitária, condição necessária para que crianças, jovens e adultos convivam no mesmo espaço, reforcem os laços afetivos e troquem suas experiências em benefício da comunidade como um todo.

O administrador do futuro, que se percebe incluído numa perspectiva ética, comprometida com a responsabilidade social, deve primar pela não separação do capital do trabalho, da sociedade da natureza. Deve fazer parte de sua práxis, o zelo pela boa imagem, sua e da empresa, adotando postura exemplar nos diversos campos de sua atividade. Não pagar nem receber propina, demonstram sensatez, equidade e decência no trato com as questões sociais e éticas. MACHADO (in REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO 2000:71) sustenta esse princípio quando afirma:

Uma posição ética melhora a imagem da empresa e isso se reflete no consumidor e na produtividade dos empregados. As empresas estão descobrindo que, para ter lucro, é bom ter um comportamento ético correto. Há uma consciência coletiva que privilegia empresas com postura ético-social e geram ganhos.

Dois princípios éticos precisam ser observados e praticados pelas organizações de qualquer natureza: o cuidado com o meio ambiente e o fim da exploração da mão-de-obra infantil. No que concerne ao meio ambiente, a acelerada degradação dos recursos naturais está levando à exaustão de produtos renováveis. De acordo com MINEIRO (in REVISTA ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO 2002: 38),

o setor produtivo desperta para as urgências ambientais e cresce o número de empresários convencidos da necessidade de produzir de forma a não agredir a natureza. Muitas indústrias já patrocinam projetos de grande alcance para o desenvolvimento sustentável, aceitando o alerta global lançado pela ciência contra o modo predador do progresso moderno.

Como fica notório, a preservação ambiental não deve ser tarefa exclusiva das Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições governamentais ou ambientalistas convictos. O setor produtivo depende dos recursos naturais para se manter e as interferências negativas no sistema ecológico afeta a sociedade como um todo. Cabe ao administrador planejar e gerenciar as águas potáveis disponíveis no planeta, dar a devida destinação dos resíduos sólidos, compreender e executar programas que minimizem os grandes problemas ambientais de nosso tempo. Todas essas atividades estão diretamente vinculadas ao compromisso social e à responsabilidade com o ambiente onde se produz e se vive. PORTO (in REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO 2000:71) assinala que uma das questões que mais lhe preocupa em relação ao futuro, é o da exclusão e a concentração de poder e renda, mas principalmente a questão ambiental.

Esta mesma preocupação é compartilhada por LEONARDI (2001:205) quando relaciona a questão ambiental à questão global:

A questão ambiental na sociedade global é política, econômica, social, cultural, tecnológica e científica [...] e encontramos degradação e poluição ambiental produzidas, tanto pela expansão da pobreza, quanto pela acumulação da riqueza.

Outro princípio ético que desafia a responsabilidade social diz respeito ao trabalho infantil. Infelizmente ainda existem empresas que se utilizam desta força de trabalho causando uma afronta aos direitos humanos e ferindo os princípios fundamentais defendidos pela responsabilidade social, algumas delas já sofrendo as devidas sanções penais. Observa-se também na exploração do trabalho infantil a existência de poder sem limites, sem fronteiras e sem lógica.

O olhar da responsabilidade social deve ser um olhar de totalidade, de abrangência, de mudanças qualitativas internas e externas relevando aspectos até então vistos como insignificantes. É mister observar o produto em seu ciclo, desde a forma de plantio à industrialização: se agride o meio ambiente, se atinge a saúde humana, se é prejudicial à comunidade e se devolve os ganhos para esta. Se no processo de comercialização há corrupção, se as leis trabalhistas são respeitadas, enfim, esse nível de consciência compõem o novo paradigma no campo das organizações que envolve tudo e todos. A mudança paradigmática está penetrando a interioridade perpassando os sentidos, ultrapassando o campo da intelectualidade e teorias dominantes. É uma mudança que brota de dentro, pois vem do campo da sensibilidade, da compaixão, da solidariedade, da responsabilidade social que vem de gestos criativos e atitudes libertárias coletivas, capazes de ultrapassar a visão fragmentar e individualizada, encontrando sustentação ética. Precisa-se, enfim, de significados à vida humana e que a verdade intuída e propalada pelas diversas ciências não se sobreponham a princípios e valores humanos herdados historicamente, mas que compreenda e interprete o momento atual como sendo o da valorização das pequenas coisas, dos pequenos gestos imbuídos de sentimentos compartilhados.

O desafio que permanece nas mentes e programas estratégicos dos administradores do futuro, bem por conta da lógica capitalista que rege o mercado, que por sua dinâmica, tem demonstrado sinais de insustentabilidade econômica e ecológica, além da exclusão social. FRIGOTTO (1998), expressa sua preocupação ao enfatizar que não se pode continuar dentro da lógica, nem do passado, nem presente do capitalismo, ainda que este se aproprie de um discurso ecologizado. Tal continuidade somente se manterá mediante o aumento da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e aumento da exclusão. GADOTTI (2000) reitera tal assertiva advertindo que não há nenhuma possibilidade de um desenvolvimento sustentável numa sociedade capitalista. O sonho do capitalismo ecológico é insustentável.

O balanço do século XX, feito com lucidez e sabedoria por HOBBSAWM (1995: 562), no final de sua obra "*A era dos extremos*", adverte e ao mesmo tempo convida a uma grande mudança de rumo.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto. [...] Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.

Como parceiro de sonho e de prática dessa nova visão organizacional nas empresas, necessário se faz incorporar os princípios de uma educação que ajude a superar o medo, a desesperança, a depressão, a angústia, a amargura expostas nos rostos e traduzidas nos corações das pessoas que por força de suas relações

complexas, são levadas à incredulidade e impossibilidade de uma educação que se encaminhe para a liberdade.

A nova postura ética envolve também um conjunto de mudanças interiores, fruto da prática do perdão de uma espiritualidade fecunda e sentimentos de companheirismo. Princípios e práticas geradoras de esperanças tal qual o modelo gestor da ASCOPE, cujas práticas fundadas na economia solidária orientam e traduzem a esperança de um mundo e uma sociedade mais fraterna, e que pela ousadia em ser diferente, demonstra que a supremacia do poder do capital e das relações de dominação podem e deverão ser diferentes. Acreditar nesse novo paradigma significa incorporar posturas éticas e gestos responsáveis envolvendo o plano individual, social e planetário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da reflexão realizada envolvendo a responsabilidade social e a economia solidária, tendo como base de análise uma comunidade amazonense que é modelo de gestão auto-sustentável na Amazônia, ficaram algumas considerações importantes:

– A necessidade e a urgência da inadiável discussão envolvendo o modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia, que tem demonstrado sinais de insustentabilidade no ponto de vista econômico, ecológico e social por ser altamente concentrador de renda e riquezas à custa da exploração de seres humanos e da natureza.

– Quanto à economia solidária, há uma dupla constatação. Primeiramente em reconhecer seus limites, que não tem a pretensão de tornar-se universal como modelo econômico e dificilmente será praticada por grandes empresas ou por uma sociedade nas suas diversas instâncias produtivas. Em segundo lugar essa não é a única experiência brasileira e contextualiza-se no germe revolucionário das pequenas associações e cooperativas espalhadas por todo o país. A economia solidária portanto é fruto de uma decisão, de uma estratégia e acima de tudo de uma postura no modo de ser, trabalhar e viver.

– Há sinais de mudança econômica quando se analisa a experiência da ASCOPE como modelo de gestão participativa, gestada numa economia fundada na solidariedade e na cooperação dos membros familiares, como estratégia organizativa para enfrentar o mercado e o grande capital.

– Outra constatação veio por conta de que os problemas ambientais só podem ser entendidos no contexto do atual sistema capitalista que utiliza os recursos naturais sem critérios éticos, nutrindo-se inclusive da pobreza material e atribuindo muitas vezes a culpa dos desequilíbrios ambientais e econômicos a esse contingente populacional que cresce numérica e espacialmente, denunciando a insustentabilidade do modelo predador, mas fomentando alternativas sociais, econômicas e ambientais na contramão da desesperança, driblando a crise.

BIBLIOGRAFIA

- ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária – educar para a esperança*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BAILEY, Michael. Não basta dar comida. Entrevista
- BETHLEM, Agrícola de Souza. *Estratégia empresarial: conceitos, processos e administração estratégica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.
- BUARQUE, Cristóvam. O pensamento em um mundo, Terceiro Mundo. p. 58-80. In BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Campanha da Fraternidade*. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/cf/cf1999.html>
Acessado em 29 de junho de 2002.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.
- Código de Ética do Administrador*. Disponível em <http://www.cse.ufsc.br/~caad/adm-etica.htm>. Acessado em 29 de junho de 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11 ed., Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). *Organização e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. 2.ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GAIGER, L. *Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.
- GUARESCHI, Pedrinho. (Org.). *Comunicação e Controle Social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JESUS, Cláudio Portilho de. *Utopia cabocla amazonense – agricultura familiar em busca da economia solidária*. Canoas, RS: ULBRA, 2000.
- JESUS, Edilza Laray. *Sociodiversidade no Jaú: a ética de com-viver*. Dissertação de Mestrado. Rio Grande, RS: FURG, 1998.
- LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A sociedade global e a questão ambiental. In CAVALCANTI, Covis (org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 195-207.
- MINEIRO, Procópio. A era da Responsabilidade Social. In *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Ano 12, n. 100. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, março 2002, p. 38-47.

- MORÁN, Emílio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- MORETTO Neto, Luis. *O Turismo Sustentável – estudo de caso: Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, Santa Catarina*. Revista RBA, ano X, n.o. 30, set./2000, p. 30-45.
- PABLO II, Juan. *La economía de la solidaridad es la gran esperanza para América Latina*. Discurso ante la CEPAL (Comisión Económica para América Latina, 1986. Disponível em <http://www.economiasolidaria.net/esolidaria/index.php>. Acesso em 23 jun 2002.
- RAZETTO, L. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1997.
- REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO. *Corrupção / Ineficiência X Administração / Ética*. Ano X, n. 30, set. 2000. Brasília, DF.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- STONER, James. A. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5.ed. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: L.T.C. Editora S.A., 1999.
- SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- ZANOTELLI, Jandir João. *América Latina: raízes sócio-político-culturais*. Pelotas, RS: EDUCAT, 1998.